

## ATÉ QUANDO O AMIANTO OCUPARÁ AS PAUTAS SOCIO-POLÍTICO-AMBIENTAIS NO BRASIL?

**Fernanda Giannasi**

[Engenheira Civil e de Segurança do Trabalho. Auditora fiscal aposentada do Ministério do Trabalho. Fundadora da Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (Abrea). Coordenadora da Rede Virtual-Cidadã pelo Banimento do Amianto na América Latina]

Enquanto o amianto já foi proibido na grande maioria dos países industrializados (mais de 65), em todos os continentes, em todas as suas formas, e teve sua utilização restrita a apenas alguns usos em outros tantos; no Brasil, o mineral, embora tenha sido proibido em 29/11/2017, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), continua sendo explorado e exportado, por força de uma liminar concedida, naquele mesmo ano, para proteger temporariamente a indústria da mineração, situada no estado de Goiás, que é a terceira maior produtora mundial. Estima-se que mais de um milhão de brasileiros tenham sido expostos ocupacional e ambientalmente ao amianto.

O amianto, como temos cansado de repetir, é um problema que não está somente afeto ao ambiente de trabalho (exposição ocupacional, a mais conhecida), mas que extrapola os muros das fábricas e da mineração, atingindo a população do entorno e dos familiares de trabalhadores, que são expostos indireta, eventual e ambientalmente.

Este tema deverá constar por muito tempo ainda de todas as pautas que tratam das questões de saúde e meio ambiente, em virtude da gravidade, do uso intensivo e disseminado que o mineral teve em todo o mundo por mais de um século. Por isto tem sido tratado, pelos países de economia desenvolvida, como uma emergência sanitária e foi considerado pelo Senado francês como a “catástrofe industrial do século XX”.

Há ainda, no Brasil, muita desinformação, promovida principalmente pelo forte lobby do amianto, que divulga teses pseudo-acadêmicas, produzidas por cientistas e professores de renomadas universidades e que são, na verdade, financiados pela própria indústria para provar as indefensáveis teses da menor nocividade do amianto do tipo branco - a crisotila - e a teoria do uso seguro ou controlado, que, segundo os seus defensores, minimizaria, sem contudo eliminar, os riscos de exposição atribuídos ao mineral cancerígeno. Estes debates são permeados por fortes interesses econômicos, que sempre se sobrepujaram ao interesse público.

O Brasil esteve até recentemente entre os cinco maiores produtores, exportadores e utilizadores mundiais do amianto, tendo este setor produtivo um papel relevante no mercado nacional e internacional, influenciando inclusive decisões políticas para o adiamento dos debates sobre seu banimento.

Vários parlamentares componentes da chamada “bancada da crisotila”, no Congresso Nacional, tiveram suas campanhas financiadas pela indústria do amianto, como ficou demonstrado no excelente documentário francês da diretora Sylvie Deleule, “A Morte Lenta pelo Amianto”, disponível em [https://youtu.be/cZ9Yr6r\\_d34](https://youtu.be/cZ9Yr6r_d34), em que o atual governador do estado de Goiás, Ronaldo Caiado, confessa com desfaçatez que

recebeu, sim, recursos para sua campanha eleitoral e denuncia que vários outros parlamentares de seu estado também foram contemplados.

Um número preciso de vítimas do amianto no Brasil ainda não foi possível de se obter, dado o silêncio epidemiológico reinante no país em função de diversos mecanismos de invisibilidade social, tais como a inércia das instituições de saúde, que não cumprem seu papel de vigilância epidemiológica, como previsto em nossa legislação; pelos pactos estabelecidos entre empresas e vítimas, através de acordos extrajudiciais, que remuneraram parcamente o silêncio das vítimas e seus familiares pelas doenças adquiridas e pela liminar do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que protege 17 empresas do setor da construção civil, comércio e mineração de não serem obrigadas a informar os dados de seus trabalhadores expostos e doentes para os órgãos de saúde (SUS).

As vítimas visíveis do amianto são, ainda, na sua grande maioria, ex-empregados da cadeia produtiva do mineral, em suas mais diversas utilizações, estimadas em mais de 3.000, já que as doenças a ele atribuídas são de grande latência, isto é, levam em média até 60 anos para se manifestarem.

A ABREA - Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto foi fundada em 1995 por ex-empregados da multinacional suíço-belga ETERNIT de Osasco e da THERMOID, empresa de lonas de freios automotivas, de São Paulo.

A eles vieram se juntar em 1998 os ex-empregados da Brasilit de São Caetano do Sul, pertencente ao grupo francês Saint-Gobain, e daí várias outras associações em outros estados foram se formando. Na atualidade existem associações organizadas nos estados do Rio de Janeiro, Bahia, Paraná, Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco.

As redes sociais e outras ferramentas da internet foram o grande diferencial na luta promovida por estas associações de vítimas do amianto e seus familiares, em virtude de sua capilaridade e velocidade na divulgação de informações, dando certo equilíbrio nesta correlação de forças, até então, tão desigual contra nossos adversários, já que não dispúnhamos de recursos financeiros para nos contrapor à poderosa máquina de propaganda do “uso seguro ou controlado do amianto”.

A luta anti-amianto, travada mundialmente pelos contrapoderes, a levará à erradicação deste crime social perfeito, perpetrado e perenizado pela ganância de uma indústria, que conhecia de longa data o preço que seria imposto à sociedade planetária por sua matéria-prima cancerígena e que omitiu dela deliberadamente os danos que causaria, ceifando milhões de vidas inocentes por mais de um século. ■■■

*OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Interindical. A cada reunião ordinária, os textos da coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.*